

# CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## 15ª Sessão Ordinária de 2024

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 1º/10/2024, págs. 1/13)

Data: 08/10/2024

Hora: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

### PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 14ª Sessão Ordinária de 2024 (24/09/2024).

### PARTE I – PROCESSOS ELETRÔNICOS

#### Processos com Pedido de Vista

#### Pedido de Vista na 18ª Sessão Ordinária de 2023 (28/11/2023)

- 1) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01205/2021-71 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
- Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
- Advogado: André Luis Monte Borges – OAB/MT nº 30088/O
- Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Excesso de prazo para formulação de denúncia. Conduta incompatível com o cargo. Apuração criminal registrada sob o nº 115154/2017. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00375/2020-02.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: Mato Grosso
- Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

#### Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2024 (18/06/2024)

- 2) Proposição nº 1.00393/2019-23
- Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedidos de Vista na 12ª Sessão Ordinária de 2024 (27/08/2024)

- 3) Proposição nº 1.00873/2021-72  
Requerente: Silvío Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação do Art. 17, §1º, da Lei nº 8.429/92, disciplinando o acordo de não persecução cível no âmbito do Ministério Público.  
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Cons. Fernando da Silva Comin
- 4) Conflito de Atribuições nº 1.00535/2024-65 (Recurso Interno)  
Recorrentes: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva; Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Recorrido: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato Criminal nº 01.2023.000025594-4. Notícia de Fato nº 1.33.015.000082/2023-21. Apuração de supostos delitos ambientais relacionados à supressão de vegetação em que há espécies ameaçadas de extinção (araucárias, cedro rosa e imbuia). 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. 3º Ofício da Procuradoria da República no Município de Joinville/SC.  
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- 5) Conflito de Atribuições nº 1.00536/2024-19 (Recurso Interno)  
Recorrentes: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva; Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Recorrido: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato Criminal nº 01.2023.00002601-0. Notícia de Fato nº 1.33.015.000078/2023-63. Apuração de supostos delitos ambientais relacionados à supressão de vegetação em que há espécies ameaçadas de extinção (araucárias, cedro rosa e imbuia). 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. 3º Ofício da Procuradoria da República no Município de Joinville/SC.  
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

- 6) Conflito de Atribuições nº 1.00538/2024-26 (Recurso Interno)  
Recorrentes: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva; Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Recorrido: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato Criminal nº 01.2023.00016610-0. Notícia de Fato nº 1.33.015.000073/2023-31. Apuração de supostos delitos ambientais relacionados à supressão de vegetação em que há espécies ameaçadas de extinção (araucárias, cedro rosa e pinheiro). 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. 3º Ofício da Procuradoria da República no Município de Joinville/SC.  
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- 7) Conflito de Atribuições nº 1.00720/2024-13  
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato MP/SC nº 01.2024.00011992-1. Notícia de Fato MP/SP nº 0322.0001339/2024 (SIS-Digital). Apuração de possíveis irregularidades praticadas pela empresa Dimensional em razão do não cumprimento do disposto no artigo 49, do CDC, no que se refere ao direito de arrendimento relativo a compras realizadas fora do estabelecimento comercial.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Fernando da Silva Comin

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2024 (10/09/2024)

- 8) Reclamação Disciplinar nº 1.01114/2023-07 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)  
Recorrente: Triecon de Barra Mansa Ltda  
Advogados: Ivana Patricia de Araujo Bezerra de Paula – OAB/DF nº 16.952; Paula Ferro Costa de Sousa – OAB/DF nº 24.987; Douglas Xavier de Souza – OAB/RJ nº 182.595  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Trabalho.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Rio de Janeiro  
Vista: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

## Processos Remanescentes

### Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2023 (12/09/2023)

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)  
Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins  
Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR nº 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR nº 88950  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Paraná
- 10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00613/2023-04  
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público  
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163  
Requerido: Ministério Público da União  
Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria-Geral da República. Pedido de revisão da Portaria PGR/MPU nº 629, de 21 de novembro de 2011, para incluir entre os beneficiários do auxílio pré-escolar os dependentes que possuem deficiência motora. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal

### Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2024 (12/03/2024)

- 11) Reclamação Disciplinar nº 1.00065/2023-21 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)  
Recorrente: Sigiloso  
Advogados: Maria Luiza Rosa Diniz Rodrigues – OAB/DF nº 56530; Michelangelo Cervi Corsetti – OAB/DF nº 53486  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Goiás

Incluído na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2024 (11/06/2024)

- 12) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00231/2023-44
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
- Advogados: Antonio Pedro Machado – OAB/DF nº 52.908; Shelly Giuleatte Pancieri – OAB/DF nº 59.181; Thiago Fernandes Boverio – OAB/DF nº 22.432
- Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Reclamação Disciplinar n.º 1.00974/2022-51. Entrevista televisiva na qual se criticou decisão adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de se determinar que o eleitor deva entregar o seu aparelho de telefonia celular ao mesário antes de proceder à votação.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2024 (13/08/2024)

- 13) Consulta nº 1.01051/2022-07 (Apenso: Processo nº 1.00302/2023-08)
- Requerente: Jarbas Soares Junior
- Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Execução de pena de suspensão a Membro do Ministério Público. Consulta em relação a possíveis efeitos da sanção.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: Minas Gerais
- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00642/2024-84
- Requerente: Alan Pierre Chaves Rocha
- Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
- Interessada: Amanda Silvestre Patrus Ananias
- Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ofício n.º 036/2024-PGJ. Designação de Promotora de Justiça Substituta para exercício da função eleitoral da 75ª Zona Eleitoral, em Parauapebas. Alegação de falta de transparência. Pedido para que a indicação de Promotores de Justiça para exercício da função eleitoral seja feita conforme a Resolução CNMP n.º 30/2008. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
- Origem: Pará

Incluído na Pauta da 12ª Sessão Ordinária de 2024 (27/08/2024)

- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00676/2023-42 (Recursos Internos)
- Recorrentes 1: Abraão Moises Queiroz Matalon e Outros  
Advogada: Rachel Siza Tribuzy – OAB/AM nº 6863  
Recorrido 1: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Recorrente 2: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Advogados: Luciano de Almeida Souza Coelho – OAB/AM nº 9919; Michelle Nascimento Tachy Coelho – OAB/AM nº 9918  
Recorrido 2: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00000289-5. Anteprojeto de Lei que visa alterar o regime jurídico e a tabela de vencimentos dos servidores da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Alega existir erros materiais, formais e processuais no procedimento; além do cerceamento da participação do órgão sindical e de seus interessados e prejudicados pela reestruturação proposta. Pedido de Liminar.
- Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Amazonas

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2024 (10/09/2024)

- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00566/2024-52 (Recurso Interno)
- Recorrente: Enderson Flavio Costa Lima  
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso público para provimento de vagas no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Pedido de publicação de edital com metodologia e critérios de avaliação da prova oral, bem como correção das provas orais de todos os candidatos em relação aos Grupos II, III e IV. Pedido de anulação e refazimento da etapa oral referente ao Grupo I. Pedido de não eliminação de candidatos que realizaram a prova oral e obtiveram, na média, nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Bahia
- 17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00731/2024-11 (Recurso Interno)
- Recorrente: Paulo Nicholas de Freitas Nunes  
Advogados: Paulo Nicholas de Freitas Nunes – OAB/AL nº 5076; Fernanda Marinela de Sousa Santos – OAB/AL nº 6086B  
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso público para ingresso na Carreira. Provimento de cargos de Promotor de Justiça. Prova Oral. Determinação para que seja considerado aprovado o candidato que obtiver média igual ou superior a 50 pontos, independentemente de notas inferiores a 50 pontos em qualquer um dos grupos de perguntas (I, II, III ou IV). Pedido liminar.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Bahia

18) Conflito de Atribuições nº 1.00896/2024-00

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito positivo de atribuições. Procedimento SEI nº 29.0001.0112717.2024-06. Procedimento administrativo visando a apurar o cumprimento de medidas de segurança em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 14ª Sessão Ordinária de 2024 (24/09/2024)

19) Reclamação Disciplinar nº 1.01028/2022-40 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrentes: Sigiloso  
Advogados: Carlo Huberth Castro Cueva e Luchione – OAB/RJ nº 47698; Michelle Aguiar da Costa – OAB/RJ nº 204603; Alexandre Mendonça Arruda Pontes – OAB/RJ nº 112026; Joaquim Jair Ximenes Aguiar Junior – OAB/DF nº 28424  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1878A  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rio de Janeiro

20) Reclamação Disciplinar nº 1.00367/2024-35

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Goiás

21) Reclamação Disciplinar nº 1.00474/2024-54 (Processo Sigiloso)

Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Rondônia  
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Rondônia.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Rondônia

- 22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00668/2024-03  
Requerente: Willian da Silva Magalhães  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. XIII Concurso Público para ingresso na Carreira. Provimento de cargo de Promotor de Justiça. Prova de títulos. Determinação para correção da pontuação total. Exercício de outro cargo, emprego ou função pública privativa de Bacharel em Direito. item 13.3, alínea “C”, subalínea “C1”, do Edital n.º 1 – MPE/AC.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Acre
- 23) Reclamação Disciplinar nº 1.00872/2024-99 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Piauí.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Piauí
- 24) Conflito de Atribuições nº 1.00948/2024-12  
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. 4ª Promotora de Justiça do Consumidor da Capital. CAC SIS 0161.0000121/2024. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 14ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Belo Horizonte. Investigação Preliminar n.º: 02.16.0024.0056233/2024-58. Conflito Negativo de Atribuições. Apura possível violação da legislação consumerista pela Empresa Riot Games Serviços Ltda. que teria suspenso, sem justificativa, serviço pago que autoriza o titular de conta do jogo online League of Legends a alterar a região da respectiva conta, contudo, essa transferência está suspensa no Brasil há mais de dois anos.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Minas Gerais
- 25) Conflito de Atribuições nº 1.00959/2024-10 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Notícia de Fato nº 02090.000.508/2024 (01.2024.0002077303 MPSC). Apuração a respeito de infrequência escolar de menor domiciliada em Indaial/SC, e suposta mudança do núcleo familiar para Garanhuns.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Santa Catarina



26) Conflito de Atribuições nº 1.00990/2024-06

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça de Guarujá. Autos 0000743-20.2023.8.26.0223. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Procuradoria da República no Município de Santos. NF 1.34.012.000792/2022-63. Conflito Negativo de Atribuições. Apura a ocorrência de crime de racismo, em decorrência da prática de discriminação racial e xenofóbica contra os nordestinos, devido ao resultado das eleições presidências de 2022, por meio da rede social Facebook.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: São Paulo

27) Pedido de Providências nº 1.01005/2024-70

Requerente: Sidney Machado Vaitkevicius  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Interessada: Erica Vieira de Loiola Sousa  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle da atuação. Suposta irregularidade na continuidade de procedimento com parecer de arquivamento. Prejuízos ao requerente.  
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: São Paulo

Processos desta Sessão (08/10/2024)

28) Reclamação Disciplinar nº 1.00463/2023-66 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Sigiloso  
Advogado: Alberto Felício Junior – OAB/SP nº 52075  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Advogados: Levy Emanuel Magno – OAB/SP nº 107041; Ana Paula Alves Magno – OAB/SP nº 359103  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: São Paulo

29) Reclamação Disciplinar nº 1.00517/2023-93 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrentes: Sigiloso  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Advogados: Anderson Pereira Leite – OAB/DF nº 53297; Thiago Brhanner Garces Costa – OAB/MA nº 8.546; Pedro Augusto Souza de Alencar – OAB/MA nº 7937  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Maranhão

- 30) Reclamação Disciplinar nº 1.00764/2023-26 (Recurso Interno)
- Recorrente: Catharina de Souza Cruz Estrella  
Advogadas: Soraia da Rosa Mendes – OAB/DF nº 62320; Ana Maria Martinez – OAB/DF nº 62700
- Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.
- Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Amazonas
- 31) Reclamação Disciplinar nº 1.01068/2023-19 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
- Recorrente: Sigiloso  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
- Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Minas Gerais
- 32) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00120/2024-09
- Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Advogado: Luiz Gustavo Capitani e Silva Reimann – OAB/RS nº 67643  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Cumprimento da Resolução CNMP nº 243/2021. Pregão Eletrônico nº 130/2023. Procedimento de Gestão Administrativa nº 00585.000.096/2023. Requer suspensão da contratação de postos de trabalho específicos de Bacharéis em Direito (terceirização) e a não utilização do quadro de servidores próprios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para atender ao convênio firmado com o DEPEN no atendimento de vítimas. Pedido de Liminar.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rio Grande do Sul
- 33) Conflito de Atribuições nº 1.00262/2024-21
- Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.000.009339/2023-01. IC 01690.001.753/2021. Apuração de possível irregularidade ocorrida na aquisição de imóvel rural por estrangeiro, em faixa de fronteira, sem o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional. Comarca de Frederico Westphalen/RS.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rio Grande do Sul
- 34) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00278/2024-06 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Sigiloso  
Advogado: Florismar de Paula Sandoval – OAB/TO nº 1329  
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins  
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Alegação de falta de acesso aos autos, bem como demora no andamento das investigações, referente a caso de pessoa desaparecida (00124577120188272729; EPROC n.º 0012457- 71.2018.8.27.2729).
- Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: Tocantins

- 35) Conflito de Atribuições nº 1.00486/2024-06  
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.29.000.002023/2024-61 (01512.000.628/2022). Apuração de perturbação de sossego de representante e de outras 40 famílias que residem no prédio ao lado do Centro Histórico de Novo Hamburgo/RS, em razão das atividades do estabelecimento LORDE PUB BAR.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rio Grande do Sul
- 36) Conflito de Atribuições nº 1.00514/2024-12  
Requerente: Procuradoria da República – Ceará/Maracanaú  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Ceará. Ministério Público do Estado do Ceará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.15.000.001654/2024-58. Procedimento Administrativo nº 09.2023.00024132-7. Apuração de suposto dano ambiental decorrente da emissão de poluentes na atmosfera por parte da empresa Libra Ligas do Brasil S/A. Município de Banabuiú/CE.  
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Ceará
- 37) Pedido de Providências nº 1.00579/2024-68  
Requerentes: Karla Helenne Vicenzi; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Paraná  
Requerida: Thais Barbosa Athayde da Silveira  
Interessado: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Termo de Ajustamento de Conduta, firmado com o Ministério Público do Trabalho da 9ª Região/Curitiba, relativo às relações de trabalho na modalidade de associação entre advogado e sociedade de advocacia. Alegação de irregularidades no referido termo.  
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Paraná
- 38) Notícia de Fato nº 1.00651/2024-75 (Recurso Interno)  
Recorrente: Humberto Carvalho de Aragão Filho  
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Informa suposta irregularidade na possível assunção da presidência de conselho deliberativo de clube de futebol por parte de membro do Ministério Público.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Ceará
- 39) Reclamação Disciplinar nº 1.00704/2024-49 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Helcimar Araujo Belem Filho  
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Maranhão

- 40) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00707/2024-00 (Processo Sigiloso)  
Requerentes: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas; Silvia Abdala Tuma  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Pedido de afastamento cautelar de membro que responde a três sindicâncias. Despacho do Procurador-Geral de Justiça no sentido de não conhecimento. Pedido de encaminhamento para análise ao Conselho Superior. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Amazonas
- 41) Proposição nº 1.00709/2024-17  
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disposições sobre a comunicação, pelo Ministério Público, de informações sobre ilícitos penais ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).  
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Distrito Federal
- 42) Conflito de Atribuições nº 1.00727/2024-07  
Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Requerido: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Interessado: 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. SIG nº 07.2024.00002280-7. Ação Civil Pública nº 5013018-52.2018.4.04.7201/SC. Apuração de dano ambiental em face da Malharia Manz LTDA. Município de Joinville/SC.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Santa Catarina
- 43) Conflito de Atribuições nº 1.00733/2024-29  
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento MPRJ nº 2024.00004471. Notícia de Fato MPSP nº 003.0009282/2023. Apuração de crime de estelionato na modalidade alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria.  
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: São Paulo

44) Conflito de Atribuições nº 1.00757/2024-32

Requerentes: PRM-CAX – 1º Ofício; Procuradoria da República – Rio Grande do Sul  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Promotoria de Justiça de Soledade  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Procuradoria da República no Município de Caxias do Sul. NF 1.29.000.000726/2024-54. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Promotoria de Justiça de Soledade. NF 01896.000.345/2024. Conflito Negativo de Atribuições. Apura eventual reparação ambiental de área degradada por mineração (pedra basalto/cascalho), em Santa Terezinha, no interior do Município de Soledade/RS, em torno das coordenadas geográficas -28.70388 - 52.5162, conforme apurado no Inquérito Policial n.º 5007855-52.2022.4.04.7104.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rio Grande do Sul

45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00774/2024-60

Requerentes: Corregedoria Geral do Ministério Público; Sílvia Abdala Tuma  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Interessados: Associação Amazonense do Ministério Público; Colégio de Procuradores de Justiça  
Advogadas: Aline Auzier Franca – OAB/AM nº 17.230; Ana Luiza Moraes Rebouças – OAB/AM nº 5.891  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Suspensão da execução do Ato nº 112/2024/PGJ até que a matéria seja encaminhada e deliberada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, conforme disposto no art. 33, XXVII, da LC nº 011/1993. Regulamentação da Resolução 026/2021-CPJ. Divisão das atribuições ministeriais entre as Promotorias de Justiça de entrância inicial. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Amazonas

46) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00775/2024-14

Requerentes: Corregedoria Geral do Ministério Público; Sílvia Abdala Tuma  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Interessados: Associação Amazonense do Ministério Público; Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Advogadas: Aline Auzier Franca – OAB/AM nº 17.230; Ana Luiza Moraes Rebouças – OAB/AM nº 5.891  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Suspensão da execução do Ato nº 209/2024/PGJ até que a matéria seja encaminhada e deliberada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, conforme disposto no art. 33, XXVII, da LC nº 011/1993. Modificação das atribuições das 66ª e 68ª Promotorias de Justiça da Capital. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Amazonas

- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00820/2024-59 (Recurso Interno)
- Recorrente: Rafael da Silva Braga  
Advogado: Rafael da Silva Braga – OAB/SP nº 503709  
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso público para ingresso na carreira de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Edital nº 24 de 2024. Reserva de vagas à pessoa com deficiência. Requer a anulação da nota atribuída pelo 2º examinador da prova oral referente ao grupo IV, com correspondente recálculo da média da nota, viabilizando o acesso do candidato à próxima fase do certame para avaliação biopsicossocial. Pedido de Liminar.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Bahia
- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00857/2024-78 (Recurso Interno)
- Recorrente: Enderson Flavio Costa Lima  
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso público para Ingresso na Carreira. Provisão de cargos de Promotor de Justiça Substituto. Determinação para o fornecimento de informações sobre os critérios utilizados para avaliação da prova oral do requerente. Pedido liminar.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Bahia
- 49) Conflito de Atribuições nº 1.00954/2024-42
- Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná  
Requerido: Procuradoria da República – Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal. Notícia de Fato n.º MPPR-0048.24.000339-1 (1.25.000.013816/2024-54 MPF). Suposta prática de crime de inserção de informações falsas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP) do IBAMA.
- Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: Paraná
- 50) Pedido de Providências nº 1.00975/2024-95
- Requerente: Clemente Sissinio Anezio da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. NF 0022.0001121/2024. Alega negligência no atendimento médico, por falta de prescrição de medicamentos para crise reumática, coreia de Sydenham e febre reumática, submetendo idoso a risco de inflamação, infecção e choque séptico.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: São Paulo
- 51) Pedido de Providências nº 1.00987/2024-47
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Interessado: Roger Cleber da Silva  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Avaliação da possibilidade de aplicação de multa por litigância de má-fé. Abuso do direito de petição. Prática de assédio processual. Decisão proferida na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00747/2024-98.
- Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Distrito Federal

- 52) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00996/2024-38  
Requerente: Admilson Antunes Pontes  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. SEI nº 19.16.2237.0014870/2024-79. Negativa de acesso à informação. Descumprimento da Resolução CNMP nº 89 de 2012. Requer acesso ao Procedimento de Estudos e Pesquisas nº 19.16.0255.0031811/2021-84, produzido pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Minas Gerais
- 53) Conflito de Atribuições nº 1.01009/2024-95  
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Notícia de Fato: 1.21.001.002282/2024-70 (01.2024.00006778-2). Apuração de possível irregularidade em pagamento de remuneração à servidora, utilizando-se recursos do FUNDEB.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Mato Grosso do Sul
- 54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01013/2024-08  
Requerente: José Gomes de Sousa  
Advogado: Israel Venancio da Silva – OAB/PB nº 29503  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Negativa ao pedido de cópia de audiência realizada entre o Ministério Público, o Conselho Tutelar e a Prefeitura do Município de Bananeiras/PB. Procedimento Administrativo de nº 0012024052546. Pedido liminar.  
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Paraíba
- 55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01035/2024-04  
Requerente: Camila Pinho de Sousa Fontenelle de Araujo  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para Promotor de Justiça Substituto. Requer a suspensão dos efeitos do Edital nº 35 de 2024, por não estender o novo critério de correção da prova discursiva a todos os candidatos aprovados. Requer, ainda, a consequente revisão do edital no que se refere a reclassificação provisória dos candidatos. Pedido de Liminar.  
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Piauí
- 56) Conflito de Atribuições nº 1.01036/2024-68  
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia  
Requerido: Procuradoria da República – Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal. PIC nº 021.9.174844/2023. Apuração de suposto desvio de recursos das secretarias do Município de Caatiba/BA em serviços de fornecimento de internet.  
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Bahia

57) Conflito de Atribuições nº 1.01038/2024-75

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de São Paulo. Inquérito Policial n.º 0009387-24.2024.8.16.0019. Apuração de possível crime de furto qualificado, referente à utilização de cartões pré-pagos em nome da empresa vítima.  
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin  
Origem: Paraná

58) Pedido de Providências nº 1.01064/2024-94

Requerente: Giselle Yumi Narimatsu  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Requerer a criação de norma regulamentadora, que propicie a remoção preferencial por questões de saúde do membro e servidor, incluindo pais e/ou dependentes destes, por orientação médica, bem como a manutenção dos alimentos aos vulneráveis.  
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: São Paulo

59) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01066/2024-00 (Sigiloso)

Requerente: Nielsen Inacio da Silva  
Requeridos: Ministério Público Federal, Procuradoria Regional da República da 6ª Região  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Procuradoria Regional da República da 6ª Região. Procedimento Administrativo n.º 1.00.000.006786/2024-07. Requer imediato acesso ao expediente PGR-00341533/2024 e suspensão dos seus efeitos até que o requerente seja notificado sobre a alteração de sua unidade de trabalho, haja vista que foi regularmente selecionado para o exercício da função FC-2, de Secretário Nível II, na Unidade Descentralizada da Corregedoria na 6ª Região (UD6), com exercício de trabalho a distância, no interesse da administração. Pedido de Liminar.  
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Minas Gerais

60) Conflito de Atribuições nº 1.01070/2024-14

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Notícia de Fato nº 1.29.000.004405/2024-29. Apuração de possíveis irregularidades na Faculdade Atitus – Campus Passo Fundo.  
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Rio Grande do Sul



61) Proposição nº 1.01076/2024-46

Requerente: Presidência do CNMP

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina a atuação do Ministério Público em procedimentos oriundos de serventias extrajudiciais prestadoras de serviços notariais ou de registros públicos.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Distrito Federal

62) Conflito de Atribuições nº 1.01082/2024-76

Requerente: Ministério Público do Estado de Roraima

Requerido: Procuradoria da República – Roraima

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Roraima. Notícia de Fato n.º 006845-010/2023 (1.32.000.000294/2023-13). Apuração de possível crime de falsidade de Documento de Origem Florestal – DOF, a partir de Auto de Infração lavrado pelo IBAMA.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Roraima

**PAULO GUSTAVO GONET BRANCO**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**